



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Leste de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : TREVO POSTO DE SERVICOS LTDA  
CNPJ/CPF : 01.245.727/0001-00  
Empreendimento : TREVO POSTO DE SERVICOS LTDA  
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rodovia RODOVIA BR 381 número/km S/N KM 366; LOJA 03 Bairro ZONA RURAL Cep 35908-000 Bom Jesus do Amparo - MG  
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:  
Bom Jesus do Amparo (LAT) -19.7511, (LONG) -43.4792  
Fator locacional resultante : 1  
Classe predominante resultante : 3  
Modalidade de licenciamento : LAC1  
Processo Administrativo Licenciamento : 2042/2023

Motivo da decisão:

Sugestão pelo arquivamento devido às intervenções ambientais passadas, sem autorização.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 29/02/2024.

Documento assinado eletronicamente por LIRRIET DE FREITAS LIBORIO OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 29/02/2024 15:30 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.